



**PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_\_, DE 2015**  
**(Do Sr. Capitão Augusto)**

Acrescenta § 9º ao art. 98 da Lei nº 13.105, de 16 de maio de 2015 – Código de Processo Civil.

O Congresso Nacional decreta:

**Art. 1º** Esta lei acrescenta § 9º ao art. 98 Lei nº 13.105, de 16 de maio de 2015 – Código de Processo Civil.

**Art. 2º** O art. 98 da Lei nº 13.105, de 16 de maio de 2015, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo:

“Art. 98 .....  
.....

§ 9º Os agentes públicos, desde que o requeiram, fazem jus à gratuidade da justiça nas ações cuja causa de pedir e pedido versem sobre matéria remuneratória ajuizadas em desfavor do ente público que os remunere.” (NR)

**Art. 3º** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**JUSTIFICATIVA**

Diante da obrigatoriedade dos agentes públicos recorrerem ao judiciário para pleitear seus benefícios remuneratórios, se faz necessária a concessão de gratuidade judicial nessas demandas, pois, assim, evita-se dupla sanção, ou seja, além de arcarem com a supressão administrativa de seus direitos laborais, não é razoável exigir pagamento de custas e despesas judiciais para pedirem a intervenção estatal para o próprio Estado cumprir o princípio da legalidade.

Convém destacar que há uma grande massa de agentes públicos que demandam o judiciário em busca do cumprimento do princípio da legalidade, o que faz com que o Estado se locuplete ilicitamente, pois, ao suprimir direitos laborais e arrecadar com as custas judiciais, há a injusta angariação de recursos, em notório confronto entre o interesse público primário (garantia do cumprimento das leis) e o interesse público secundário (arrecadação de receitas pela Administração).

Portanto, por se tratar de medida de justiça, conta-se com o apoio dos nobres parlamentares para a rápida aprovação deste projeto de lei.

Sala das Sessões, em                      de                      de 2015.

**CAPITÃO AUGUSTO**  
**DEPUTADO FEDERAL**  
**PR-SP**